



Apagão do Judiciário mostra força da greve em SP



21.05.14 - Funcionalismo de braços cruzados em frente ao Fórum Pedro Lessa

Ato na Paulista exibe disposição dos servidores para pressionar o STF e o governo Dilma

Quarta-feira, 21 de maio: dia em que os servidores do Judiciário de São Paulo fortaleceram o movimento grevista instalado desde o último dia 15 e fecharam uma das pistas da Avenida Paulista durante o Apagão do Judiciário. Em meio a uma onda de greves de outras categorias e de protestos de movimentos sociais, a paralisação do judiciário atingiu fóruns da capital, do interior e da Baixada Santista. Em assembleia, os servidores votaram pela continuidade da greve com realização de novo apagão no próximo dia 29.

Eles se concentraram em frente ao Fórum Pedro Lessa, na Avenida Paulista, para a realização de um ato público. Além de reunir centenas de servidores das Justiças Eleitoral, Trabalhista e Federal de várias partes do Estado, o ato contou com a presença de trabalhadores de outras categorias, representadas por entidades como o Sinal (dos funcionários do Banco Central) e do Sindsef-SP (dos servidores federais de São Paulo), e de Paulo Barella, da secretaria-executiva da CSP.

Munidos de faixas e entoando pedidos de negociação, os servidores ocuparam uma das pistas da Avenida e seguiram em passeata até o prédio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de onde seguiram até o Fórum Criminal da JF, na Alameda Ministro Rocha Azevedo.

Para o servidor da JT, Auro Cesar Pares, sem luta não há conquistas. "Todos os reajustes que conseguimos vieram com luta", disse. "Governo nenhum dá aumento espontaneamente. Acredito que a mobilização vai crescer ainda mais."

Paralisação vai continuar

Antes do ato que reuniu os servidores em uma passeata na Avenida Paulista, foi realizada assembleia geral para repassar informes sobre a greve e avaliar o movimento. Por unanimidade, os servidores votaram pela continuidade da greve por tempo indeterminado, com realização de um novo apagão no dia 29. Foram definidos também os delegados à ampliada da Fenajufe do próximo 1º de junho e representantes para o Encontro Nacional dos Técnicos do Judiciário Federal, dia 31 de maio (sábado), em Brasília/DF.



21.05.14 - Servidores votam pela manutenção da greve



21.05.14 - Outras categorias participaram do ato



21.05.14 - Servidores bloquearam uma das pistas da Av. Paulista



21.05.14 - Colegas da Baixada Santista e de outros interiores durante ato na Av. Paulista

Fóruns do interior também aderem à paralisação

Na Baixada Santista, a paralisação se generalizou pelos diversos prédios da Justiça Federal e Juizado Especial Federal de Santos, bem como pela Justiça do Trabalho de Praia Grande, Santos, Cubatão, São Vicente e Guarujá. Servidores de todos os fóruns da região seguiram em caravanas para São Paulo, onde participaram da assembleia e do protesto da categoria na Avenida Paulista.

Houve ainda significativa adesão nas cidades do interior. Na manifestação da Paulista, estiveram servidores de Marília, Araraquara, Barueri, Osasco, Ribeirão Pires, Mauá, São Bernardo, Suzano e outros municípios do Alto Tietê. Em Campinas, servidores do TRT da 15ª Região votaram nesta quarta sua adesão à greve.

Outros Estados

O Apagão do Judiciário se alastrou por outros Estados. Houve manifestações no Maranhão, Pará, Amapá, Alagoas, Piauí, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.



21.05.14 - Servidores realizam arrastão no Fórum Pedro Lessa

Arrastões ajudam na construção da greve

Com um intenso trabalho de mobilização, baseado em "arrastões" e muita conversa com os colegas, os servidores do Judiciário Federal em São Paulo conseguiram nesta quarta-feira, 21, fechar o Fórum Pedro Lessa, da JF, bloquear uma das pistas da Avenida Paulista e dar uma demonstração de força da greve iniciada há uma semana.

O Apagão do Judiciário também foi forte na Justiça Trabalhista, com 77 balcões fechados no Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda. Houve ainda grande

participação do setor de distribuição. No total, 18 secretarias suspenderam audiências e 632 servidores entraram em greve no Ruy Barbosa. À tarde, a direção do Fórum comunicou a suspensão dos prazos processuais. Servidores da Zona Leste e do prédio da avenida Rio Branco juntaram-se aos colegas na Paulista.

Na Justiça Eleitoral, os servidores realizaram assembleia às 14h e decidiram paralisar o trabalho no dia 29, quando vão se manifestar em defesa da definição de uma data-base.

No dia 29 tem novo Apagão

Na assembleia que antecedeu a passeata, os servidores decidiram manter a greve e realizar no dia 29 novo apagão e mais uma assembleia diante da JF. Neste dia, vence o prazo que a comissão de negociação instalada no STF estabeleceu para apresentar uma proposta que atenda à pauta salarial emergencial.

"Temos de fazer 'arrastões' contínuos, todos os dias", defendeu o servidor do TRF-3 Airton Laranjeira. Ele ressaltou a necessidade de união da categoria. "Precisamos de uma proposta única para levar ao STF e ao Executivo", declarou. "Com o ato de hoje, a tendência é a greve ganhar força", disse o servidor da JT Paulo José de Souza.

Com mesa na reta final, desafio é fazer STF se mover e Dilma recuar

É preciso greve e mobilização para superar "paredão" do governo, alerta servidor

Por Hécio Duarte Filho

Joana Darc



14.05.14 - Adilson Rodrigues, diretor da Fenajufe e do Sintrajud, participa de negociação com tribunais

A preparação de proposta de recomposição das perdas salariais no Judiciário Federal entrou na reta final na comissão instalada no Supremo Tribunal Federal, que reúne representantes da federação nacional (Fenajufe) e dos tribunais superiores. A tendência é de que o texto do substitutivo ao PL 6613/2009 e a proposta de tabela salarial estejam concluídos nos próximos dias, caso a direção-geral do STF tenha acordo com o que lhe seria apresentado logo após o término da reunião ocorrida na terça-feira (20). A proposta será levada para a avaliação da categoria em reunião ampliada da federação.

Mas essa é apenas uma etapa de uma luta cujos maiores desafios estão mais à frente. É o que alerta o servidor Adilson Rodrigues, coordenador da Fenajufe e dirigente do Sintrajud-SP, que participa da mesa de negociação, instalada no STF após pressão nacional da categoria. "A tarefa crucial é como o Judiciário vai se mover para derrubar um muro que o Executivo impôs e que agride a autonomia do Judiciário", disse.

Enquanto destaca a importância da constituição da mesa, algo reivindicado há dez meses, alerta para que não se alimentem falsas expectativas. "A gente já sabe qual vai ser a resposta do governo: não", disse, ao destacar que é a mobilização e a greve nacional dos servidores que pode pressionar tanto o ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, quanto Dilma Rousseff (PT), presidente da República. "Queremos que o Joaquim Barbosa cumpra o seu papel, mas se ele não cumprir a categoria vai empurrá-lo", afirmou, ressaltando que a atuação do Supremo precisa ser diferenciada das feitas anteriormente, incapazes de alterar a posição do governo.

Comissão técnica

Na reunião realizada na terça-feira (20), véspera do dia nacional de protestos com 'apagão' no Judiciário Federal, foi definida a formação de uma comissão técnica, composta por tribunais superiores e o economista Washington Lima, que assessora o Sintrajud e presta serviços para a federação. A comissão buscará uniformizar as metodologias aplicadas em cada tribunal para apuração do impacto orçamentário. Nova reunião da mesa de negociação poderá ocorrer na quinta-feira (22), mas isso ainda não é certo.

A tabela que está sendo preparada fixa a GAJ em 90% do salário-base — que já é o percentual previsto para a gratificação a partir da última parcela do reajuste de 2012, a ser aplicada em janeiro de 2015. E trabalha com o vencimento básico previsto no texto do PL 6613, que se encontra engavetado na Comissão de Finanças da Câmara.

A proposta não resolve problemas como as distorções salariais existentes no Judiciário — ela está relacionada apenas à reposição de perdas. Este e outros aspectos da carreira devem ser tratados posteriormente na mesa de negociação. Ao menos foi este o compromisso assumido pelo diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, quando a comissão foi instalada.

Não está definido ainda como e quando a proposta será levada ao Legislativo, mas já se sabe que os obstáculos que virão do outro lado da Praça dos Três Poderes não serão poucos. "Sabemos que o paredão [do Planalto] está feito, precisamos implodi-lo", disse Adilson, para quem isso só é possível com unidade e mobilização da categoria. Quando isso não ocorreu, recordou, os resultados foram muito ruins. "Precisamos unir a categoria e atuar de forma coesa e organizada", defendeu.